



Análise do Comportamento Financeiro das Famílias Assistidas com o Programa Bolsa Família: Um Estudo Sobre os Padrões de Gastos familiares na Cidade de Araçagi-PB

Área Temática: Ética e Educação Atuarial e Contábil - EEAC

DOI: <https://doi.org/10.29327/1680956.11-62>

CAYO CÉSAR PIRES RAMOS GOMES

Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Campus IV

Graduado em Ciências Contábeis

cayocesar2201@gmail.com

LUIZ MARCELO MARTINS DO AMARAL CABRAL

Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Campus IV

PROFIAP - Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional

luizmarcelocab@hotmail.com

LUIZ GUSTAVO DE SENA BRANDÃO PESSOA

Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Campus IV

PROFIAP - Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional

gustavobrandao@bol.com.br

JOÃO MARCELO ALVES MACEDO

Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Campus IV

Programa de Pós-graduação em Gestão Pública – PPGP e PROFIAP - Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional

joao.marcelo@academico.ufpb.br

BRUNO VIANA CARVALHO

Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Campus IV

PROFIAP - Mestrando Profissional em Administração Pública em Rede Nacional

brunovianacarvalho@hotmail.com

Resumo

O propósito deste estudo é explorar o comportamento financeiro das famílias beneficiárias do Bolsa Família em Araçagi, buscando entender como o programa afeta seus padrões de gastos e qualidade de vida. Assumindo uma abordagem descritiva, a pesquisa foi realizada por meio de entrevistas, observações e questionários através do *google forms®*. Foi elaborado um formulário contendo 12 questões de múltipla escolha, que na oportunidade foram respondidas por 120 pessoas beneficiárias do programa. Após a análise dos resultados obtidos, foi constatado que, apesar de o programa ajudar com necessidades básicas como alimentação e saúde, muitas famílias ainda enfrentam dificuldades em poupar ou planejar financeiramente devido a recursos limitados e baixa educação financeira. Os dados coletados indicam que o benefício é fundamental para garantir condições mínimas de sobrevivência, porém, o ciclo de dependência do programa pode ser agravado por fatores estruturais, como falta de acesso a empregos qualificados e educação de qualidade. Nesse sentido, fica evidente que políticas



adicionais de capacitação e educação financeira são necessárias para ajudar essas famílias a gerenciarem melhor seus recursos e a romperem o ciclo da pobreza. O tratamento dos dados incluiu análise de questionários e entrevistas conduzidas pelo pesquisador, que, atuando como coordenador do Cadastro Único, teve acesso facilitado às informações das famílias. O estudo também aponta para a necessidade de uma análise contínua do impacto do Bolsa Família, buscando melhorias que possam fomentar o desenvolvimento econômico e social sustentável das famílias beneficiárias.

Palavras-chave: Bolsa Família. Educação Financeira. Padrões de Gastos.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma das principais políticas de transferência de renda no Brasil, exercendo papel crucial na mitigação da pobreza e da desigualdade socioeconômica. Lançado em 2003 por meio da Medida Provisória nº 132 e formalizado posteriormente pela Lei nº 10.836/2004, o programa consolidou iniciativas anteriores, como Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, conforme destacado por Zimmermann (2006), visando à simplificação administrativa e à ampliação do acesso das camadas mais vulneráveis.

A seleção dos beneficiários ocorre por meio do Cadastro Único, instrumento que reúne informações de famílias de baixa renda. Para participar, é necessário atender a critérios específicos, como renda per capita de até R\$ 218,00 mensais (Brasil, 2023). O PBF busca garantir o acesso a direitos básicos como alimentação, saúde e educação, representando, assim, uma iniciativa redistributiva com impactos sociais relevantes.

Segundo Camargo (2004), a política social representada pelo Bolsa Família busca mitigar as desigualdades resultantes do funcionamento imperfeito do mercado, exercendo função complementar ao sistema econômico. Para manutenção do benefício, as famílias devem cumprir condicionalidades como frequência escolar, acompanhamento pré-natal, vacinação e atualização cadastral periódica.

A transferência direta de recursos constitui elemento distintivo do programa, conferindo autonomia aos beneficiários na decisão sobre a alocação dos valores recebidos. Como aponta Bischoff (2015), os impactos positivos do programa incluem aumento da frequência escolar, redução da evasão, melhoria no acesso à saúde e dinamização do consumo local.

Apesar dos avanços, lacunas persistem quanto ao conhecimento sobre o comportamento financeiro das famílias beneficiárias, especialmente no que diz respeito ao uso do benefício e suas implicações na qualidade de vida. Assim, este estudo busca responder à seguinte questão: **quais são os comportamentos financeiros das famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família na cidade de Araçagi-PB e quais são seus padrões de gastos?**

Considerando o papel do programa na economia local, é fundamental compreender de que maneira os recursos são utilizados, especialmente diante de contextos de orçamento restrito e baixa escolaridade financeira. A relevância da investigação reside, portanto, na análise dos efeitos concretos do Bolsa Família sobre as práticas de consumo, poupança e planejamento entre seus beneficiários.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A dependência do Bolsa Família e gestão de finanças pessoais.

O Programa Bolsa Família desempenha papel fundamental na provisão de recursos voltados à cobertura de despesas essenciais de famílias em situação de vulnerabilidade, como alimentação e saúde. Criado com o objetivo de mitigar a pobreza enquanto as famílias buscam inserção no mercado de trabalho ou melhoria de sua condição socioeconômica, o programa representa uma estratégia de inclusão social com foco na redistribuição de renda.

De acordo com Carvalho Júnior (2006), os instrumentos redistributivos podem gerar impactos positivos, embora, em cenários de escassez fiscal, o aumento de gastos assistenciais exija a realocação de recursos de outras áreas, como educação, infraestrutura e geração de renda. Tal redirecionamento, embora necessário, exige equilíbrio para que não perpetue a dependência, mas sim contribua para o desenvolvimento local sustentável.

Apesar da sua importância, o programa enfrenta críticas. Uma delas, segundo Carvalho Júnior (2006), é a hipótese de que transferências de renda possam desestimular a busca por qualificação e inserção no mercado de trabalho, reforçando um ciclo de dependência conhecido como "efeito preguiça". Trata-se de um argumento controverso, mas recorrente nos debates sobre políticas sociais.

Klein (2005) destaca que o Bolsa Família foi concebido com a finalidade de construir uma democracia social capaz de oferecer condições básicas de cidadania. Assim, constitui-se como medida de justiça distributiva, assegurando acesso a bens mínimos para famílias em situação de pobreza, como alimentação, saúde e educação.

O programa, portanto, deve ser compreendido não apenas como um mecanismo de transferência monetária, mas como componente estruturante de uma política social que busca romper o ciclo intergeracional da pobreza.

Segundo dados do Governo Federal, a região Nordeste concentra o maior número de beneficiários, com cerca de 9,4 milhões de famílias assistidas. No estado da Paraíba, esse número gira em torno de 600 mil (A União, 2024). Com o fim do Auxílio Brasil e a reinstituição do Bolsa Família pela Lei nº 14.601/2023, foi assegurado um valor mínimo de R\$ 600,00 por família, além de benefícios complementares.

Entre os componentes atuais do programa, destacam-se:

- **Benefício de Renda de Cidadania** – R\$ 142,00 por integrante;
- **Benefício Complementar** – valor adicional para atingir o mínimo de R\$ 600,00 por família;
- **Benefício Primeira Infância** – R\$ 150,00 por criança de até 6 anos;
- **Benefício Variável Familiar** – R\$ 50,00 por gestante, criança de 7 a 12 anos incompletos e adolescentes de 12 a 18 anos incompletos.

Esses valores ilustram o esforço governamental para estruturar uma política de proteção social mais robusta, ainda que limitada frente às múltiplas privações enfrentadas por seus beneficiários.

2.2 Padrões de gastos e o comportamento financeiros dos beneficiários.

O Programa Bolsa Família tem como finalidade proporcionar suporte financeiro às famílias em situação de pobreza, garantindo-lhes o acesso a direitos básicos e promovendo sua inclusão social. Os recursos transferidos são geralmente utilizados para finalidades essenciais, como a aquisição de alimentos, o pagamento de contas de água, energia elétrica e aluguel, além de despesas com educação e saúde, como materiais escolares, transporte e medicamentos.

Desde sua implementação, o programa tem contribuído para a melhoria das condições mínimas de vida de crianças, jovens e adultos em todo o país. Contudo, conforme apontam Barros e Lima (2012), o impacto de um programa social tende a variar com o tempo, o que exige avaliações periódicas e contínuas. Essas análises são fundamentais para subsidiar ajustes que maximizem a efetividade das políticas públicas voltadas à redução da pobreza e à promoção da equidade.

A pesquisa revelou que, em sua maioria, os beneficiários possuem recursos extremamente limitados, direcionando a totalidade da renda recebida para suprir necessidades básicas, como alimentação, moradia e cuidados de saúde. Diante desse cenário, a prática da poupança ou o planejamento de longo prazo tornam-se desafios significativos. As famílias raramente conseguem reservar recursos para emergências ou para investimentos futuros, como a educação dos filhos ou a criação de pequenos negócios.

Nesse sentido, políticas sociais que buscam romper o ciclo da pobreza devem ir além da transferência direta de renda. É essencial que essas políticas incorporem estratégias complementares de educação e saúde, elementos fundamentais para ampliar a capacidade produtiva e a autonomia dos beneficiários. Como destacam Estrella e Ribeiro (2008), a desigualdade de acesso a serviços públicos de qualidade constitui um dos principais fatores que perpetuam a disparidade socioeconômica no Brasil.

A ausência de educação financeira, aliada ao orçamento restrito, configura um obstáculo expressivo à melhoria da qualidade de vida dessas famílias. Por isso, programas de capacitação financeira, que abordem noções básicas de orçamento doméstico, poupança e planejamento, podem representar instrumentos relevantes para qualificar as decisões econômicas das famílias assistidas.

Costa (2004) afirma que as finanças pessoais impactam diretamente o bem-estar dos indivíduos, uma vez que envolvem escolhas que afetam múltiplas dimensões da vida cotidiana — da saúde à educação, dos projetos pessoais à segurança econômica. Logo, o domínio mínimo sobre noções de gestão financeira é decisivo para a realização de escolhas mais conscientes e eficazes, contribuindo para a redução da vulnerabilidade social.

Em suma, a construção de uma cultura de planejamento financeiro entre os beneficiários do Bolsa Família pode representar um passo estratégico rumo à autonomia econômica, à redução do endividamento e à superação da pobreza estrutural.

2.3 Condicionalidades do Bolsa Família e a permanência no Programa

O Programa Bolsa Família compõe o conjunto de políticas públicas de proteção social voltadas às famílias em situação de vulnerabilidade, sendo caracterizado por transferências condicionadas de renda. As **condicionalidades** funcionam como instrumentos de corresponsabilidade: o Estado assegura a transferência de recursos, enquanto as famílias

beneficiárias se comprometem com o cumprimento de obrigações nas áreas de saúde e educação (Brasil, 2023).

Dentre as principais condicionalidades exigidas para a manutenção do benefício, destacam-se:

- Realização do acompanhamento pré-natal para gestantes;
- Cumprimento do calendário nacional de vacinação;
- Acompanhamento do estado nutricional de crianças menores de 7 anos;
- Frequência escolar mínima de 60% para crianças de 4 a 5 anos e de 75% para beneficiários de 6 a 18 anos incompletos que não tenham concluído a educação básica (Brasil, 2023, p. 9).

O descumprimento dessas exigências pode acarretar penalidades graduais, como advertência, bloqueio temporário, suspensão ou até o cancelamento definitivo do benefício. Em teoria, tais mecanismos visam incentivar o acesso regular a direitos sociais básicos e fomentar a inclusão produtiva.

Contudo, conforme argumenta Silva (2007), nas regiões onde os serviços públicos são precários, as famílias em extrema pobreza enfrentam dificuldades objetivas para cumprir as condicionalidades. Problemas como a ausência de unidades de saúde, escassez de profissionais ou transporte escolar ineficiente podem inviabilizar o cumprimento das exigências por parte dos beneficiários. Diante desse cenário, a autora propõe que a responsabilização seja redirecionada ao Estado, uma vez que a oferta de serviços públicos adequados é condição *sine qua non* para a efetividade do modelo de transferência condicionada.

Assim, embora as condicionalidades possam funcionar como ferramentas de indução de comportamento, é necessário que sua aplicação esteja articulada à garantia efetiva de acesso aos serviços sociais. Caso contrário, o mecanismo pode se tornar punitivo para populações já vulnerabilizadas, reforçando desigualdades em vez de mitigá-las.

2.4 Educação financeira e sua importância no planejamento familiar

A educação financeira exerce papel fundamental no planejamento familiar, uma vez que fornece conhecimentos e habilidades essenciais para a gestão eficiente dos recursos econômicos. Ao permitir que as famílias elaborem orçamentos, identifiquem fontes de receita e despesas, e tomem decisões conscientes sobre consumo e poupança, a educação financeira contribui diretamente para a prevenção do endividamento e a promoção da estabilidade econômica no âmbito doméstico.

Jacob et al. (2000, p. 8) conceituam a educação financeira como o domínio de práticas e conhecimentos relacionados ao dinheiro no cotidiano, desde a administração de cheques e cartões de crédito até decisões mais complexas, como contratação de seguros, obtenção de empréstimos ou realização de investimentos. Trata-se, portanto, de um conjunto de saberes práticos, normativos e matemáticos que sustentam a tomada de decisões financeiras prudentes e informadas.

No contexto de famílias de baixa renda, como os beneficiários do Programa Bolsa Família, a educação financeira reveste-se de importância ainda maior. A restrição orçamentária torna essas famílias particularmente vulneráveis a armadilhas de consumo, endividamento com juros elevados e alocação ineficaz de recursos. A ausência de conhecimento sobre planejamento

financeiro tende a comprometer não apenas a satisfação das necessidades imediatas, mas também a capacidade de traçar metas de médio e longo prazo.

Bader e Savoia (2013, p. 212) observam que, entre populações em situação de miséria, as demandas emergenciais – como alimentação, habitação e saneamento – frequentemente relegam a inclusão financeira a um plano secundário. Nesse cenário, as decisões econômicas são guiadas pela urgência e não por critérios de racionalidade financeira, o que acentua a vulnerabilidade social.

Cerbasi (2015) aponta que menos de 5% das pessoas mantêm suas finanças dentro de parâmetros recomendáveis de controle. Tal estatística revela que a precariedade da educação financeira transcende classes sociais, configurando um problema estrutural que afeta o bem-estar coletivo. Para as famílias assistidas por programas de transferência de renda, o domínio de noções básicas de gestão orçamentária pode representar a diferença entre permanecer na condição de dependência estatal ou construir trajetórias de autonomia econômica.

Nesse sentido, Santos e Ferreira (2019, p. 1) destacam que o endividamento pessoal decorre, em grande medida, da forma como o indivíduo administra sua renda e seus compromissos, e não apenas do volume absoluto de recursos disponíveis. A má gestão financeira pode, portanto, conduzir a situações de inadimplência mesmo entre aqueles com níveis razoáveis de renda.

A implementação de programas de capacitação em finanças pessoais, direcionados especialmente a públicos vulneráveis, constitui uma medida estratégica para a ruptura do ciclo de pobreza. Ao fomentar hábitos de planejamento, poupança e consumo consciente, a educação financeira reforça a cidadania econômica e amplia o alcance das políticas públicas de transferência de renda.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa adotou uma abordagem descritiva e exploratória, com método misto, orientado tanto pela coleta de dados quantitativos quanto qualitativos. O objetivo principal foi identificar os padrões de gastos e o comportamento financeiro de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Araçagi-PB.

Os dados foram obtidos por meio de entrevistas estruturadas e questionários aplicados por meio da plataforma Google Forms®. A amostra foi composta por 120 respondentes, todos beneficiários do programa, residentes em diferentes bairros da zona urbana e rural do município. O questionário incluiu 12 questões de múltipla escolha, elaboradas para captar as práticas de consumo, estratégias de poupança e prioridades financeiras dos entrevistados.

A coleta de dados também envolveu observação de campo, visitas domiciliares e a extração de informações disponibilizadas pela base do Cadastro Único. Além disso, foram realizadas entrevistas com profissionais da assistência social municipal, especialmente com aqueles envolvidos no acompanhamento de famílias que descumprem condicionalidades do programa.

A condução da pesquisa foi facilitada pelo fato de o pesquisador responsável atuar como servidor público municipal e coordenador do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família na cidade, o que permitiu acesso ampliado aos dados e aos sujeitos da pesquisa.

Segundo Severino (2007), os estudos científicos se originam de um processo pessoal, autônomo e criativo, fundado em rigor metodológico. Nesse sentido, as entrevistas semiestruturadas, conforme definidas por Marconi e Lakatos (2010), foram fundamentais para

explorar de forma mais aprofundada as percepções, atitudes e práticas financeiras dos beneficiários. Essa técnica favoreceu a obtenção de informações que não seriam facilmente acessíveis apenas com instrumentos quantitativos.

De acordo com dados oficiais do Governo Federal, aproximadamente 5.036 famílias são beneficiárias do Bolsa Família em Araçagi. No mês de março de 2024, o município recebeu os seguintes repasses:

- **Benefício de Renda de Cidadania (R\$ 142,00 por integrante):** R\$ 1.510.099,00;
- **Benefício Complementar (para atingir R\$ 600,00 por família):** R\$ 1.498.413,00;
- **Benefício Primeira Infância (R\$ 150,00 por criança de 0 a 6 anos):** R\$ 226.875,00;
- **Benefício para gestantes (R\$ 50,00):** R\$ 2.775,00;
- **Benefício para crianças de 7 a 12 anos:** R\$ 98.725,00;
- **Benefício para adolescentes de 12 a 18 anos:** R\$ 23.775,00 (Brasil, 2024).

A sistematização e análise dos dados permitiram a identificação dos principais desafios enfrentados pelas famílias quanto à gestão do benefício, com destaque para a baixa capacidade de poupança, a priorização do consumo imediato e a dificuldade de planejamento financeiro. Esses resultados foram posteriormente organizados em tabelas e discutidos à luz do referencial teórico.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O estudo abordou os comportamentos e decisões dos beneficiários do Bolsa Família quanto à administração do recurso recebido do Governo Federal. A pesquisa, respondida por 120 beneficiários cadastrados e residentes na cidade de Araçagi, abrange participantes de diversos bairros, tanto da zona urbana quanto da rural.

Com transparência e rigor metodológico, os dados foram coletados e apresentados de forma responsável, refletindo com precisão os hábitos financeiros e desafios práticos enfrentados por esses beneficiários. As informações obtidas permitem compreender de maneira clara como esses indivíduos utilizam o benefício para suprir suas necessidades diárias e para poupança e planejamento financeiro.

Tabela 1- Estimativa de poupança mensal do benefício Bolsa Família

Pergunta	Valores	%
Não poupa	89	74,2
Pupa 10%	21	17,5
Sim, guardo entre 10% e 20% do benefício	8	6,7
Sim, guardo mais de 20% do benefício	2	1,7
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A tabela 1 revela um cenário desafiador em relação à capacidade de poupança dos beneficiários do Bolsa Família. Dos 120 entrevistados, 74,2% afirmam não conseguir poupar nenhuma parte do benefício, indicando que a maior parte dos recursos é destinada à subsistência

imediata. Apenas 25,8% conseguem guardar alguma quantia, sendo que 17,5% pouparam até 10% do valor e apenas 1,7% conseguem poupar mais de 20%.

Esses dados destacam a dificuldade dos beneficiários em gerar reservas financeiras, refletindo as limitações do benefício em proporcionar margem para acumulação de capital, diante das demandas básicas de consumo.

Tabela 2- Reserva para imprevistos com parte do Bolsa Família

Pergunta	Valores	%
Nunca pensei	6	5
Já pensei, mas não consigo	77	64,2
Às vezes consigo economizar	27	22,5
Sempre economizo para emergências	10	8,3
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A pergunta 2 ilustra a relação desses indivíduos com a criação de uma reserva de emergência utilizando parte do benefício. Os dados revelam que uma maioria significativa dos investidores (64,2%) confirma a importância de poupança, mas declara não conseguir poupar. Um percentual menor, 22,5%, consegue economia para situações emergenciais. Apenas 8,3% exigem ter o hábito de sempre reservar parte do benefício para emergências. Por outro lado, 5% dos beneficiários nunca consideraram essa possibilidade.

Esses resultados indicam que, apesar da conscientização de alguns beneficiários sobre a necessidade de poupança, a capacidade de economia ainda é bastante limitada, o que fica perceptível que essas famílias necessitam de uma educação financeira que reverta esse cenário.

Tabela 3- Frequência de poupança do benefício Bolsa Família

Pergunta	Valores	%
Nunca	32	26,7
Raramente	41	34,2
Algumas vezes	43	35,8
Sempre	4	3,3
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A tabela 3 demonstra dados onde revelam que 26,7% dos entrevistados nunca pouparam e 34,2% demonstraram economizar. Uma parcela significativa, 35,8%, afirma conseguir poupar algumas vezes, enquanto apenas 3,3% relatam conseguir poupar de forma constante.

Esses números indicam que, embora exista algum nível de poupança entre os beneficiários, ela ainda é limitada, com uma expressiva maioria relacionada com dificuldade em acumular recursos de forma regular. Isso reflete a realidade financeira desafiadora enfrentada pelas famílias assistidas pelo programa.



Tabela 4- Investimento do benefício Bolsa Família para geração de renda futura

Pergunta	Valores	%
Nunca invistio	47	39,2
Já pensei em investir, mas ainda não comecei	49	40,8
Às vezes invisto em algo	16	13,3
Sim, regularmente invisto parte do benefício	8	6,7
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A pergunta 4 examina dados onde revelam que 39,2% dos entrevistados nunca investiram o valor recebido, enquanto 40,8% já consideraram a possibilidade de investir, mas ainda não iniciaram. Um grupo menor, 13,3%, afirma que algumas vezes conseguem investir, e apenas 6,7% dos beneficiários declararam investir regularmente parte do benefício com o objetivo de gerar renda futura.

Esses resultados indicam que, embora a maioria dos beneficiários demonstre interesse em investir, a prática eficaz de utilizar o benefício para fins de geração de renda é baixa, refletindo as limitações financeiras.

Tabela 5- Aplicação do Bolsa Família para pequenos negócios ou reformas residenciais

PERGUNTA	VALORES	%
Nunca usei o benefício para isso	47	39,2
Já pensei, mas ainda não fiz	39	32,5
Já fiz melhorias na casa com o benefício	26	21,7
Sim, já comecei um pequeno negócio com o benefício	8	6,7
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A tabela 5 apresenta dados onde mostram que 39,2% dos entrevistados nunca deram o valor para fins de montar seu próprio negócio ou investir no domicílio, enquanto 32,5% já consideraram a ideia, mas ainda não a colocaram na prática. Um grupo de 21,7% relatou ter utilizado o benefício para realizar melhorias em suas casas, e 6,7% pretendem iniciar pequenos negócios com parte do recurso.

Esses resultados indicam que, embora uma parcela significativa dos beneficiários tenha considerado ou utilizada o benefício para melhorar suas condições de moradia ou para empreender, a maioria ainda encontra dificuldades em transformar essa mudança em ação. Isso reflete tanto as limitações do valor do benefício quanto as dificuldades em viabilizar investimentos mais substanciais, seja em reformas ou no empreendedorismo, destacando as barreiras financeiras enfrentadas pelas famílias no uso do recurso para melhorar sua qualidade de vida ou ampliar sua capacidade de geração de renda.

Tabela 6- Obstáculos para guardar ou investir o benefício Bolsa Família

PERGUNTA	VALORES	%
O beneficio não é suficiente para guardar ou investir	26	21,7
As despesas básicas consomem todo o benefício	76	63,3
Não sei como começar a guardar ou investir	2	1,7
Consigo poupar ou investir uma parte do benefício	16	13,3
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A pergunta 6 explora dados dos principais obstáculos enfrentados pelos beneficiários. A maioria expressiva (63,3%) relata que as despesas básicas consomem todo o valor recebido, impossibilitando qualquer forma de poupança ou investimento. Além disso, 21,7% afirmaram que o benefício é insuficiente para esses fins. Apenas 1,7% dos entrevistados mencionaram a falta de conhecimento sobre como começar a poupar ou investir, enquanto 13,3% conseguem poupar ou investir uma parte do benefício.

Esses dados evidenciam que a principal barreira para economizar ou investir está relacionada às necessidades básicas das famílias, que absorvem a parcela do benefício, deixando pouco ou nenhum espaço para planejamento financeiro. Isso reforça a condição de vulnerabilidade financeira dos beneficiários, cuja prioridade é a sobrevivência imediata, com pouco espaço para a criação de reservas financeiras.

Tabela 7- Percepção sobre a melhoria financeira ao guardar ou investir parte do benefício

PERGUNTA	VALORES	%
Não acredito que seria possível	21	17,5
Talvez, mas não sei como	26	21,7
Sim, mas é difícil no momento	55	45,8
Sim, com planejamento seria possível	18	15
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A tabela 7 aborda dados sobre a possibilidade de melhorar a situação financeira dos beneficiários guardando ou investindo parte do benefício. A maior parte dos entrevistados (45,8%) acredita que essa melhoria é viável, mas enfrentará dificuldades no momento. Além disso, 21,7% consideram que, embora possível, não sabem como fazê-lo. Outros 17,5% não acreditam ser possível melhorar financeiramente através da poupança ou investimento do benefício, enquanto 15% acreditam que, com um bom planejamento, seria possível alcançar essa melhoria.

Esses resultados refletem um sentimento misto entre os beneficiários: apesar de muito sem o potencial de melhorar financeiramente com a poupança ou investimento, eles enfrentam barreiras significativas, como falta de conhecimento, recursos ou planejamento adequado. Isso demonstra que, embora exista uma consciência sobre a importância do planejamento financeiro,

as condições socioeconômicas e as limitações práticas impedem a maioria dos beneficiários de concretizar essas ações na prática.

Tabela 8- Áreas de maior gasto com o benefício Bolsa Família

PERGUNTA	VALORES	%
Alimentação	79	65,8
Contas de luz, água e outras utilidades	71	59,2
Roupas e calçados	14	11,7
Educação (material escolar, uniformes, etc.)	21	17,5
Saúde (medicamentos, consultas)	28	23,3
Transporte	12	10
Outros...	4	3,3
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A pergunta 8 apresenta as principais áreas de gasto dos beneficiários do Bolsa Família em Araçagi. A maior parte do benefício é destinada à alimentação, apontada por 65,8% dos entrevistados, seguida por despesas com contas de luz, água e outras utilidades, que consomem o recurso de 59,2% das famílias. Outros gastos incluem saúde (23,3%), educação (17,5%), roupas e calçados (11,7%) e transporte (10%). Apenas 3,3% relataram despesas em outras categorias.

Esses dados demonstram que os beneficiários priorizam itens essenciais para a sobrevivência, como alimentação e despesas básicas, refletindo a importância do programa para o sustento imediato das famílias. A menor alocação de recursos para áreas como educação, saúde e transporte reforça a dificuldade em utilizar o benefício para investimentos em longo prazo ou em condições de melhorar de vida de maneira mais estruturada.

Tabela 9- Interesse em economizar ou investir parte do benefício do Bolsa Família

PERGUNTA	VALORES	%
Não tenho interesse	20	16,7
Talvez, mas depende do custo	37	30,8
Sim, mas preciso de mais informações	34	28,3
Sim, gostaria muito de aprender	29	24,2
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A tabela 9 analisa o interesse dos beneficiários do Bolsa Família em Araçagi em economizar ou investir parte do benefício. Os dados mostram que 30,8% dos entrevistados têm interesse, mas sua decisão depende dos custos envolvidos. Além disso, 28,3% demonstram vontade de poupar ou investir, mas necessitam de mais informações. Um grupo de 24,2% expressa grande interesse em aprender como fazer isso, enquanto 16,7% não têm interesse em economizar ou investir.

Esses resultados indicam que a maioria dos beneficiários está aberta à ideia de economizar ou investir o benefício, embora muitos desafios enormes de informação e recursos. Isso revela a necessidade de maior orientação financeira e de ferramentas acessíveis para que os beneficiários possam planejar melhor o uso do valor recebido, possibilitando o desenvolvimento de uma maior segurança financeira.

Tabela 10- Prioridades ao investir ou economizar o benefício Bolsa Família

PERGUNTA	VALORES	%
Melhorias na casa	18	15
Educação dos filhos	34	28,3
Pequeno negócio	25	20,8
Guardar para emergências	43	35,8
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A pergunta 10 explora as prioridades dos beneficiários do Bolsa Família em Araçagi ao economizar ou investir o benefício. O principal objetivo indicado foi guardar para emergências, com 35,8% dos entrevistados priorizando essa ação. A educação dos filhos foi a segunda prioridade, apontada por 28,3%. Outros 20,8% manifestaram o desejo de investir em um pequeno negócio, enquanto 15% focariam em melhorias na residência.

Esses dados revelam que, quando os beneficiários conseguem economizar ou investir, suas prioridades são externas para necessidades essenciais e de longo prazo, como segurança financeira, educação e melhorias no lar. Isso reflete um interesse em usar o benefício de forma estratégica, buscando melhorar as condições de vida e criar oportunidades de crescimento.

Tabela 11- Melhoria na qualidade de vida após o Bolsa Família

PERGUNTA	VALORES	%
Sim, melhorou muito	54	45
Sim, melhorou um pouco	62	51,7
Não, permaneceu igual	3	2,5
Não, piorou	1	0,8
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A tabela 11 avalia a percepção dos beneficiários do Bolsa Família em Araçagi sobre a melhoria na qualidade de vida após a implementação do programa. Os dados mostram que 45% dos entrevistados afirmaram que sua qualidade de vida melhorou muito, enquanto 51,7% relatam uma melhoria, mesmo que modesta. Apenas 2,5% afirmam que as suas condições de vida encontradas são iguais, e 0,8% afirmam que a situação é pior.

Esses resultados indicam um impacto positivo do Bolsa Família, com a grande maioria dos beneficiários confirmado melhorias em suas vidas. Essa percepção sugere que, apesar das limitações financeiras e dos desafios enfrentados, o programa tem desempenhado um papel fundamental em fornecer maior segurança e atender às necessidades básicas, contribuindo para um aumento geral no bem-estar da população.

Tabela 12- Influência do Bolsa Família na compra de alimentos e produtos de higiene

PERGUNTA	VALORES	%
Sim, agora consigo comprar todos os itens necessários	26	21,7
Sim, consigo comprar a maioria dos itens necessários	71	59,2
Não, compro apenas alguns itens necessários	21	17,5
Não, não consigo comprar os itens necessários	2	1,7
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A pergunta 12 avalia a influência do Bolsa Família na capacidade de compra de alimentos e produtos de higiene pelos beneficiários em Araçagi. Os dados mostram que 59,2% dos entrevistados conseguiram adquirir a maioria dos itens necessários, enquanto 21,7% afirmam que agora conseguem comprar todos os itens essenciais. Por outro lado, 17,5% relatam que conseguem comprar apenas alguns itens, e apenas 1,7% afirmam que não conseguem.

Esses resultados evidenciam que o Bolsa Família tem um impacto significativo na segurança alimentar e na saúde dos beneficiários, permitindo que a maioria atenda às suas necessidades básicas. No entanto, a existência de um pequeno grupo que ainda enfrenta dificuldades destaca a importância de continuar com políticas que garantam o acesso a alimentos e produtos essenciais para a sociedade mais carente.

5. Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar os padrões de gastos e os comportamentos financeiros das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Araçagi-PB, com ênfase na forma como os recursos são utilizados no cotidiano e nas implicações desse uso para a qualidade de vida e a autonomia econômica dos assistidos.

Os resultados revelaram que a maior parte dos recursos é alocada em itens de subsistência imediata, como alimentação, contas de água e energia, medicamentos e produtos de higiene. Essa destinação reforça o caráter emergencial e assistencial do programa, cujo papel principal tem sido garantir um mínimo de segurança alimentar e acesso a serviços básicos, contribuindo significativamente para a redução das privações materiais mais severas.

No entanto, a pesquisa também evidenciou limitações estruturais importantes. A baixa capacidade de poupança, a ausência de planejamento financeiro e a dificuldade de converter parte do benefício em investimentos produtivos demonstram que, embora o programa cumpra uma função social relevante, ele ainda não assegura, por si só, a superação do ciclo de vulnerabilidade. A precariedade do capital financeiro, social e educacional limita a possibilidade de transformação da renda recebida em oportunidades sustentáveis de geração de renda e ascensão socioeconômica.

Apesar disso, algumas evidências apontam para tentativas modestas de direcionamento do benefício a finalidades estratégicas, como pequenos negócios e melhorias na habitação. Há também expressiva disposição por parte dos beneficiários em aprender sobre finanças pessoais,



o que indica um terreno fértil para a implementação de políticas públicas complementares, voltadas à educação financeira e à qualificação profissional.

Assim, conclui-se que o Programa Bolsa Família tem cumprido seu papel central de prover assistência a famílias em situação de pobreza, mas carece de articulação com outras ações estruturantes que ampliem as capacidades dos beneficiários. Políticas de capacitação, formação empreendedora e inclusão produtiva podem potencializar os efeitos do programa e favorecer a transição da condição de dependência para a de autonomia.

Como limitação, destaca-se a amostra restrita ao município de Araçagi, o que inviabiliza generalizações para outros contextos regionais. Para pesquisas futuras, sugere-se o aprofundamento da análise em diferentes regiões do país, bem como o acompanhamento longitudinal dos beneficiários para mensurar o impacto de intervenções educativas e formativas sobre seus comportamentos financeiros.

6. Referências

A União. (2024, setembro 18). Benefício chega a 667,7 mil na PB. A União. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/beneficio-chega-a-667-7-mil-na-pb

Bader, M.; Savoia, J. R. F. (2013). Logística da distribuição bancária: tendências, oportunidades e fatores para inclusão financeira. Revista de Administração de Empresas, 53(2). Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/30276>

Barros, R. P.; Lima, L. (2012). Avaliação de impacto de programas sociais. In: Menezes Filho, N. (Org.). Avaliação econômica de projetos sociais (p. 13–33). Dinâmica Gráfica e Editora. Disponível em: https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/B_2012_Avaliacao_Programas_Sociais.pdf

Bischoff, L. M. (2015). Avaliação do programa Bolsa Família no município de Taquara – RS (Dissertação de Mestrado). Faculdades Integradas de Taquara. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/Leila%20Bischoff.pdf>

Brasil. (2004). Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm

Brasil. (2023, março 6). Cartilha do Programa Bolsa Família. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>

Brasil. (2023). Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. Institui o Programa Bolsa Família. Diário Oficial da União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14601.htm

Brasil. (2024, março 18). Informe Bolsa Família 39. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/informes/informes-bolsa-familia>

Camargo, J. M. (2004). Política social no Brasil: prioridades erradas, incentivos perversos. *São Paulo em Perspectiva*, 18(2), 68–77.

Carvalho Júnior, P. H. B. (2006). Análise do gasto da União em ações assistenciais ou focalizado na população pobre e em benefícios previdenciários de fortes impactos sociais (Texto para Discussão nº 1236). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1704>

Cerbasi, G. (2015). Como organizar sua vida financeira. Rio de Janeiro: Sextante.

Costa, M. C. (2004). Finanças pessoais: um estado da arte (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001414220>

Estrella, J.; Ribeiro, L. M. (2008). Qualidade da gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família: uma discussão sobre o índice de gestão descentralizada. *Revista de Administração Pública*, 42(3), 625–641.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). Panorama Araçagi. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/aracagi/panorama>

Jacob, K.; Hudson, S.; Bush, M. (2000, janeiro). Tools for survival: an analysis of financial literacy programs for lower-income families. Chicago: Woodstock Institute.

Klein, C. (2005). A produção da maternidade no Programa Bolsa Família. *Estudos Feministas*, 13(1), 31–52.

Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. (2001). Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos (6. ed.). São Paulo: Atlas.

Santos, S. R.; Ferreira, J. B. (2019). Endividamento e crédito consignado: o perfil do idoso überlandense (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Uberlândia.

Severino, A. J. (2007). Metodologia do trabalho científico (23. ed.). São Paulo: Cortez Editora.

Silva, M. O. S. (2007). Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(6), 1429–1439.

Zimmermann, C. R. (2006). Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil. *Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos*, 3(4), 144–159.